

**OS DISCURSOS DE REDE NA PERSPECTIVA DA
CIÊNCIA GEOGRÁFICA**

**LOS DISCURSOS DE RED EN LA PERSPECTIVA DE
CIENCIA GEOGRÁFICA**

DALVA MARÇAL MESQUITA SOARES

Doutoranda em Geografia da UFG - Universidade Federal de Goiás / IESA - Instituto de Estudos Socioambientais, Campus Samambaia, Goiânia (GO)
dalva.dmms@gmail.com

Prof^ª. Dr^ª. CELENE CUNHA MONTEIRO ANTUNES BARREIRA

UFG - Universidade Federal de Goiás / IESA - Instituto de Estudos Socioambientais, Campus Samambaia, Goiânia (GO)
celenemonteiro05@gmail.com

Prof. Dr. VANDERVILSON ALVES CARNEIRO

UEG - Universidade Estadual de Goiás, Campus Henrique Santillo, Anápolis (GO)
profvandervilson@yahoo.com.br

Resumo: O presente ensaio propõe-se discutir as redes enquanto conceitos fundamentais no campo disciplinar da ciência geográfica e sua efetividade na leitura espacial da realidade. Como objetivo, sugere-se compreender a importância das redes e sua eficácia na leitura e na compreensão do espaço geográfico. Este estudo se justifica mediante sugestões do professor da disciplina Espaço e existências geográficas: questões de método, ao sugerir as redes como tema central da tese de doutorado sobre o processo de metropolização de Palmas - TO. Assim, buscaram-se na teorização argumentos científicos em relação ao tema. Conclui-se que a rede, na contemporaneidade, apresenta-se como um importante recurso analítico e descritivo das diferentes relações, inter-relações, assim como formas de pensar, organizar e ler o espaço.

Palavras-chave: Redes. Ciência geográfica. Leitura espacial.

Resumen: Este ensayo tiene como objetivo discutir las redes como conceptos fundamentales en el campo disciplinario de las ciencias geográficas y su eficacia en la lectura espacial de la realidad. Como objetivo, se sugiere comprender la importancia de las redes y su eficacia en la lectura y comprensión del espacio geográfico. Este estudio se justifica por las sugerencias del profesor de la disciplina Espacio y existencias geográficas: cuestiones de método, al sugerir las redes como tema central de la tesis doctoral sobre el proceso de metropolización de Palmas - TO. Así, se buscaron argumentos científicos en la teorización en relación con el tema. Se concluye que la red, en la actualidad, se presenta como un importante recurso analítico y descriptivo de las diferentes relaciones, interrelaciones, así como de las formas de pensar, organizar y leer el espacio.

Palabras-clave: Redes. Ciencia geográfica. Lectura espacial.

Introdução

Após novas aprendizagens e ilustres orientações do professor da disciplina Espaço e existências geográficas: questões de método e pelo fato das redes configurarem como tema central da tese de doutorado sobre o processo de metropolização de Palmas-TO, começou-se repensar o assunto e buscaram-se na teorização argumentos científicos em relação ao tema. Justifica-se a necessidade de fundamentar-se melhor a partir deste ensaio, haja vista a

inquietação relativa à temática que passou a ser instigante e bastante coerente com a proposta de estudo mencionada.

Também a fim de discutir as redes enquanto conceitos fundamentais no campo disciplinar da ciência geográfica e sua importância e efetividade na leitura espacial da realidade, bem como realizar um estudo de suas lógicas espaciais geográficas, é que se propõe este estudo. A questão norteadora deste trabalho está focada na seguinte pergunta: como está edificado o viés das redes nos debates geográficos?

No final deste ensaio que tem como objetivo principal compreender a importância das redes e sua eficácia na leitura e na compreensão do espaço geográfico será possível argumentar-se, contra argumentar-se mediante o discurso de renomados teóricos e definir as redes como ideia central nos estudos da região metropolitana de Palmas. Portanto, este estudo propõe explorar o tema não de forma exaustiva, mas a partir da argumentação dos teóricos e expressar ideias e ponto de vista da autora sobre temática em discussão. Destarte, trata-se de um a pesquisa bibliográfica¹, cuja análise desenvolve-se de forma interpretativa e pessoal, mediante conceitos apresentados pelos autores expostos.

As redes na perspectiva dos debates geográficos

Segundo Moreira (2007, p. 58), num olhar geográfico sobre as redes, “a trajetória da rede moderna se inicia no Renascimento, com o desenvolvimento do transporte marítimo a grandes distâncias e o desenvolvimento articulado dos transportes terrestres internamente e fluviais entre os continentes”. O desenvolvimento da rede de transportes estabelece uma conexão que evolui e se acelera com o advento da Revolução Industrial e com ela a máquina a vapor, o trem e o navio moderno.

Já Corrêa (1999, p. 115) afirma que “o estudo sobre a rede urbana, principalmente enquanto tradição nas pesquisas geográficas no Brasil, tem seu início nos meados do século XX, mais especificamente em 1956, no Congresso Internacional de Geografia, no Rio de Janeiro”. No entanto, somente na década de 1990, diferentes estudiosos recomeçam a debater o assunto, mediante visíveis mudanças no comportamento da sociedade, bem como no espaço geográfico, nas mais variadas escalas.

Moreira (2007, p. 58) destaca que a principal característica da sociedade em rede é a “mobilidade territorial”. O autor acrescenta que “o desenvolvimento da rede de circulação

¹ “A pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (TRUJILLO, 1974, p. 230).

inicia-se num movimento de desterritorialização de homens, de produtos e de objetos, que ocorre em paralelo à evolução das cidades e das redes”. Nessa mesma linha, descreve ainda que, com “a organização em rede o espaço fica simultaneamente mais fluido”, deixa livre a população e as coisas para o movimento territorial, uma vez que a relação em rede elimina as barreiras e abre para as trocas sociais e econômicas de um canto para outro, ampliando-se ao infinito. A partir do passe livre para o movimento territorial, segundo Moreira (2007, p. 58), “as cidades se convertem em nós de uma trama. Diante de um espaço transformado numa grande rede de nodosidade, a cidade vira um ponto fundamental da tarefa do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede”.

Tal condição confirma que, no território, não há barreiras político-administrativas em rede, para que a produção, a circulação e o consumo sejam concretizados. Dessa forma, evidencia-se que a reprodução do capital extrapola barreiras por meio da rede, assim como a rede favorece a efetivação da produção, da circulação e do consumo, além de modificar as relações sociais de trabalho. Esse processo ajuda-nos a entender a abrangência e a extensão que as redes alcançam, como no caso da rede urbana, que a produção do capital extrapola a escala regional, bem como os limites político-administrativos.

Nesse contexto, Harvey (2005) afirma que a reprodução do capital está vinculada à forma de organização e articulação do espaço, bem como a produção, a circulação e o consumo trazem grandes efeitos na produção e no desenvolvimento das cidades. A forma de organização do espaço em rede, de um espaço de articulação inter e multiescalar, como no caso de grandes empresas e corporações, promove desenvolvimento geográfico desigual e contraditório mediante as diferentes formas de exploração, utilizadas para reprodução do capital.

Lencioni (2010, s/n) expõe que

As redes constituem forças produtivas e condições gerais de produção. Constituem forças produtivas, tanto quanto as máquinas e matérias-primas e são condições gerais de produção porque possibilitam estabelecer a relação entre o processo imediato de produção com o conjunto geral da produção e circulação do capital. As redes, ao se constituírem como condições gerais de produção, viabilizam não apenas um capital em particular, mas o capital em geral; por isso simultaneamente separam e reúnem diferentes processos de produção, circulação e consumo. Essa simultaneidade configura a concentração e a dispersão territorial das atividades e altera a vida cotidiana, a organização funcional e os limites territoriais das cidades.

Nesse sentido, as redes, ao mesmo tempo em que são forças produtivas, são catalisadoras de produção. Além do aumento da capacidade produtiva, sua existência acaba gerando necessidade de criação de bens e serviços. A rede transcende a própria existência do território, na medida em que é em parte virtual e não depende só de pessoas, mas também de

todo um conjunto de bens não tangíveis, que acabam alterando o desenvolvimento do território. Assim, a cidade acaba impondo, em cada um dos pontos da rede, uma nova configuração política, econômica e social.

Destarte, as cidades de uma determinada região somente assumem suas formas e funções espaciais mediante os modos de produção, edificados por meio das relações sociais construídas no trabalho. Assim, as cidades que compõem a rede urbana podem influenciar ou serem influenciadas pela própria rede ao exercerem seu papel produtivo. O grau de influência depende dos meios, das condições de produção e da habilidade dos trabalhadores de cada cidade da região, assim como sua materialização em rede depende das condições específicas de produção oferecidas por aquela região.

Santos (1996) destaca que na rede urbana deve haver relação mútua e permanente da sociedade com o espaço, bem como formação socioeconômica e socioespacial. Nesse contexto, Santos (1996, p. 270) afirma que “o *uso do território* [...] supõe de um lado uma existência material de formas geográficas, naturais ou transformadas pelo homem”. Já na visão de Lefebvre (2008, p. 45-46), “o espaço é ao mesmo tempo funcional e instrumental, vincula-se à reprodução da força de trabalho pelo consumo”.

Conforme Bourdieu (2008), o espaço físico se modifica por meio das relações de poder do capital, culminando numa estrutura espacial de seus agentes, bens e serviços, de forma diferenciada da inicial, de tal modo que analogicamente tal configuração pode ser observada nas redes.

Ainda nesse contexto, Raffestin (1993, p. 56) destaca que a produção do território é marcada pelas relações de poder, principalmente pelas relações de produção e do Estado com os indivíduos, por meio das malhas, nós e redes. Dessa forma, “o poder se enraíza no trabalho”, mediante todas as relações que envolvem, essencialmente, pela combinação da energia (potência) e informação (conhecimento). Assim, o poder se encontra em todas as relações de trabalho por meio da capacidade de modificar a natureza e as relações sociais. Portanto, a construção do território se materializa também em rede, por meio das relações do poder efetivadas nas relações sociais, assim como nas relações de trabalho, sobretudo, mediante utilização de energia e conhecimento.

A partir dessa concepção, visualiza-se que não há uma cidade, nem realidade urbana que não possuam um centro, no qual se concentram equipamentos e serviços, relações de produção e consumo. Enquanto conjunto, “a centralidade pode se manifestar sob vários níveis no espaço interno de uma cidade, em relação a uma área rural e de uma cidade em relação à outra” (LEFEBVRE, 1999 (a), p. 46). Rochefort (1998, p. 21) explica que a

[...] dependência dos centros secundários com respeito aos centros principais se deve simplesmente à ausência de certos serviços que abriga as pequenas cidades, quando têm necessidade desses serviços, a recorrer à cidade grande mais próxima [seja ela um centro sub-regional, regional ou nacional]. A própria função de capital nacional assume aspectos diferentes conforme a estrutura do país seja centralista ou federalista; pode ser agrupada numa cidade ou dividida entre várias cidades.

Assim, toda cidade possui uma dinâmica interna polarizadora e ao mesmo tempo integradora. O Estado, a partir de um modelo de gestão, passa a ser responsável pelas relações de produção, circulação e dos diversos tipos de interações com outros centros. Portanto, o Estado exerce um papel fundamental para o funcionamento do modo de produção capitalista da cidade, sendo ainda responsável pelas alterações do padrão de centralidade. Esse padrão, segundo Crisaller (1966), é exercido pela região de influência e polarização, fundamentada no fluxo de bens e serviços ofertados pelo local central (grandes, médias e pequenas cidades). O autor explica que “a centralidade é proporcional ao conjunto de funções centrais que o núcleo exerce: quanto maior a centralidade, maior a importância do lugar, maior a região de influência, tanto maior a população externa atendida”. Dessa forma, o lugar central realiza “o papel de *locus* de oferta de serviços e bens centrais, tanto para si mesmo como para a sua vizinhança imediata ou área complementar” (CHRISTALLER, 1966, p. 17). Portanto, esse conceito visa entender as formas de organização das cidades e das redes de cidades.

Segundo Souza (1999, p. 12), a cidade, enquanto espaço urbano pode ser definido “como uma obra humana [...] um mundo de objetos, produzidos segundo procedimentos, determinados por materialidades e regidas por intencionalidades precisas”, com a função de negação da natureza. Portanto, “a cidade é o lugar de acumulação técnica”, enquanto “saber prático que advém do trabalho” em que há, em abundância, diferentes tipos de redes.

Rochefort (1998) destaca que a cidade não é apenas um conjunto de casas e indivíduos e sim, por excelência, o lugar das trocas, do comércio, das inter-relações de pessoas e de lugares. É o lugar para onde convergem fluxos materiais e imateriais da sociedade, de gente, de riqueza, de saber. Destaca também a funcionalidade das redes nos centros urbanos. “O estudo dessa realidade geográfica, repousa na análise dos tipos de centros de serviços e de suas respectivas zonas de influência, apreendendo-os, nas suas relações recíprocas” (ROCHEFORT, 1998, p. 19).

Nessa mesma perspectiva, Castells (1996, p. 436) descreve que, na sociedade de rede, a lógica dominante se concentra no espaço de fluxos, no qual os resultados das práticas sociais dominam e moldam a sociedade atual por meio da mobilidade. O autor explica que os fluxos validam como: “sequências intencionais, repetitivas e programáveis de intercâmbio e interação entre posições fisicamente desarticuladas, mantidas por atores sociais, nas estruturas

econômica, política e simbólica da sociedade”. Também destaca que, embora não seja o espaço de fluxo a única maneira de organização espacial, ainda é a predominante.

Na sociedade de rede, é nos espaços de fluxos que se concentra a mobilidade, na qual todos os resultados das práticas sociais dominam e modelam a sociedade contemporânea. Assim, os fluxos são formas sequenciais, intencionais, repetitivas de interações, mantidas por atores sociais fisicamente desarticulados dos organismos econômicos, políticos e simbólicos.

Portanto, a cidade deve ser entendida como lugar das trocas, do comércio, das inter-relações das pessoas e dos lugares. Também como um lugar em que se concentram fluxos, materiais e imateriais. Nos fluxos materiais, agrupa-se toda infraestrutura, e os imateriais, estão relacionados a saberes, informações, relações sociais etc. Por isso, o estudo da realidade geográfica deve ser realizado a partir dos serviços prestados e de suas áreas de influência e de todos os tipos de relações sociais existentes.

Segundo Moraes (2014), não se pode admitir o espaço como objeto simplesmente físico reativo, já que a capacidade explicativa da geografia seria esvaziada por tal abordagem, pois há dinamismo intrínseco que atua em função da própria vida social que faz parte da geografia. Assim, a rede seria um conjunto de poder não só reativo, mas também ativo ao promover mudanças na ciência geográfica. Ainda Moraes (2014), fazendo referência a Sojo (1983), descreve que uma parcela de riquezas, mercadorias e informações geradas em uma determinada localidade não permanece nela, uma vez que “depende da vontade daqueles que interessam a mobilidade da riqueza produzida” (MORAES, 2014, p.32), tal como pode ser inserido em rede.

Santos (1997, p. 50) diz que é por meio da rede que uma determinada região ou uma cidade se relacionam efetivamente com outras espacialidades, num movimento intenso de ideias, pessoas, mercadorias e informações, formando “um conjunto de fixos (que servem para definir o lugar) e fluxos (as ações que atravessam ou se instalam nos fixos), que, ao interagir, expressam a realidade geográfica”, e constituindo o espaço por sistemas de objetos e sistemas de ações.

Santos (2006, p. 176) também explica que, embora as definições e as conceituações sobre a rede venham se multiplicando, se pode “admitir que se enquadram em duas grandes matrizes: a que apenas considera o seu aspecto, a sua realidade material, e uma outra, onde é também levado em conta o dado social”. Com relação a essa matriz, Curie (apud SANTOS, 2006, p. 176) afirma que ela permite a condução de matéria, de energia ou de informação que se processam sobre um dado território, o qual “se caracteriza pela topologia dos seus pontos

de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação”.

Assim, a organização espacial de uma determinada região pode ser demonstrada a partir de todos os elementos fixos, não só as cidades, mas também casa, porto, armazém, plantação, fábrica, instrumentos de trabalho ou até as características ou respostas de resultados do trabalho social e das forças produtivas desenvolvidas pelos homens. Também vale lembrar que os fluxos é que garantem as interações entre os fixos, de tal forma que ambos compõem as redes. No contexto das relações sociais, os fluxos necessitam dos fixos para se efetivar, pois os fixos e os fluxos é que formam as redes. Num contexto geral, a rede tem como função a circulação do intercâmbio e a troca de determinados elementos ou de atividades sociais. Portanto, as redes possuem um caráter relacional.

Nessa mesma linha, Santos (1996, p. 222) relata que, “mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros”. Explica ainda que,

[...] quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente.

Associada à rede há também a questão poder, o qual está centrado nos nós, que são os lugares de referência e de conexão com outros elementos. Desse modo, ao mesmo tempo em que a rede possui o poder de solidarizar, também tem de excluir. Portanto, às redes podem efetivar a ordem, bem como a desordem no território, devido ao seu poder de integrar e desintegrar e de destruir velhos recortes espaciais e criar outros novos.

No que se refere à rede urbana, Santos (1997) pondera que ela exerce um importante papel de integração e interação entre os “fixos” e os “fluxos”, ou melhor, entre o território e as relações sociais, fatores responsáveis pela (re)organização, pela (re)configuração territorial, enfim, pela organização do espaço. Explica ainda que os fixos podem ser “os próprios instrumentos de trabalho e as forças produtivas em geral, incluindo a massa dos homens”, e os fluxos “são o movimento, a circulação e assim eles nos dão, também, a explicação dos fenômenos da distribuição e do consumo” (SANTOS, 1997, p. 77).

Conforme Corrêa (1997, p. 107), a rede urbana é “[...] o meio através do qual a produção, circulação e consumo se realizam. Via rede urbana e a crescente rede de comunicações a ela vinculada, distantes regiões puderam ser articuladas, estabelecendo uma economia mundial”. Segundo ainda o autor, a rede urbana também pode ser definida como

“um conjunto de centros funcionalmente articulados que reflete e reforça as características sociais e econômicas de um território”.

Ainda Corrêa (2006, p. 27), referindo-se à diferenciação dos centros urbanos, destaca que “a rede urbana é um reflexo, na realidade, dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais, sobretudo as grandes corporações multifuncionais e multilocalizadas que, efetivamente, introduzem, tanto na cidade como no campo, atividades que geram diferenciações”.

Santos (1985) também chama atenção para a importância das categorias de análise ao discutir as mudanças do espaço geográfico. Ele sugere as categorias de análise de estrutura, processo, função e forma para compreender as diferentes mudanças que ocorrem no espaço geográfico. Orienta que as categorias devem ser analisadas no conjunto, ou melhor, relacionadas entre si, no sentido de compreender a organização espacial em sua complexa rede de interações, pois, se analisadas separadamente, perdem suas características verdadeiras.

Santos (2006, p. 176) ainda destaca que “a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam. Sem isso, e a despeito da materialidade com que se impõe aos nossos sentidos, a rede é, na verdade, uma mera abstração”. Dollfus (apud SANTOS, 2006, p. 176) afirma que “o termo de rede [é] limitado aos sistemas criados pelo homem, deixando aos sistemas naturais o nome de circuitos. A verdade, porém, é que uns e outros apenas são valorizados pela ação humana”.

Nesse sentido, pode-se dizer que as redes são organizadas por dois fios condutores. Um considera apenas seu aspecto, sua realidade material, que representa toda sua infraestrutura por onde é conduzida toda matéria, energia ou informação de um dado território e são efetivados pelos pontos de acesso, ou terminais, meios de transmissão, nós de bifurcação ou de comunicação. Já, no outro fio condutor, é levado em conta o dado social, no qual se envolvem todos os tipos de relações sociais que se processam em um dado território.

Assim, as redes são constituídas por uma parte material, considerada como fios condutores de materiais e informações, e outra que representada pelo lado social, que são os benefícios que as redes processam aos homens. Portanto, toda rede é social e política. Assim sendo, trata-se de um espaço reticulado, disponível para responder aos estímulos da produção em todas suas formas materiais e imateriais. Caso não sejam computadas as formas materiais e imateriais, as redes não passam de uma mera abstração, como afirma Santos (2006). Assim, o principal objetivo da rede para o homem é ligar pontos e linhas ou criar novos, bem como abarcar, alcançar novos pontos, portanto, não se objetiva a ocupação de novas áreas. Assim, o

termo “rede” deve ser empregado aos sistemas que envolvam relações humanas e “circuito” quando envolver relações atinentes aos sistemas naturais.

No que se referem à tipologia das redes, os geógrafos dividem seus estudos em dois grupos: o primeiro, em redes técnicas ou de infraestruturas; e o segundo, em redes de serviços ou de organização. As redes técnicas ou de infraestruturas são aquelas ligadas aos fluxos de materiais e informações, como as redes de transportes (rodovias, ferrovias etc.), bem como as de comunicação via satélites etc. Já as redes de serviços ou de organização são redes associadas a articulações políticas e sociais, como as organizações multilocalizadas que desenvolvem certas atividades e mantêm o controle do território.

Mesmo que não reconheçamos sua originalidade e especificidade na apropriação do termo rede nos discursos geográficos, não podemos negar sua eficiência em relação à leitura espacial da realidade. Nas últimas décadas, nas ciências geográficas, especialmente no que se refere ao território, o termo *rede* aparece em destaque, demonstrando, assim, como um conceito fundamental nos estudos dessa ciência.

Considerações finais

Cada momento da história dos homens refere-se a um tempo único, à medida que procuram, por meio de suas próprias forças, satisfazer necessidades e desejos de construir seu espaço de sobrevivência. Com o passar dos tempos, foram organizando seus meios de produção, sua vida social, enfim, foram construindo seu novo espaço de vida, juntamente com a evolução dos meios técnicos e científicos.

Pouco a pouco, os esquemas anteriores de sobrevivência foram se desfazendo, e as necessidades e os desejos das coletividades foram se alterando, de maneira que a sociedade passou a organizar-se entre diferentes coletividades por meio da introdução de novos nexos. Impõem, assim, novos tipos de interações entre os homens e desses com o espaço local, regional e mundial, edificando-se, assim, uma relação hierárquica, que ao mesmo tempo pode ser conflitante, como também convergente, criando um tipo de fluidez hegemônica, a qual tem como base a competitividade. Ela permeia os discursos dos homens, as ações dos governos, das empresas, as relações comerciais, sociais entre diferentes cidades, enfim todos os tipos inter(relações) que possibilitem a fluidez no espaço. Assim, a ciência, a tecnologia e a informação vêm alterando substancialmente o meio de vida dos homens, as relações de trabalho, de produção, sociais e ao mesmo tempo vêm construindo uma nova dinâmica territorial. Dessa forma, o território passa ser o suporte das redes, que abriga toda

infraestrutura que permite o transporte de matéria, energia ou informação, enquanto que as redes correspondem a toda infraestrutura que permite a condução desses elementos sobre um dado território e sua divisão de nós e conexões.

Assim, a rede tem como principal característica a mobilidade territorial, uma vez que, no processo de organização em rede, o espaço fica mais fluído para que a população e as coisas processem seu movimento territorial, visto que a relação em rede elimina as barreiras e abre para as trocas sociais e econômicas de um canto para outro, ampliando-se ao infinito. As cidades se transformam em nós de uma organização, convertem-se em uma grande rede de nodosidades, cumprindo a função do espaço de integrar lugares cada vez mais articulados em rede.

As redes, embora não sejam visíveis, pelos bens que as frequentam, as pessoas e as mensagens, passam ser um elemento social e político. Elementos esses que se confirmam no território por meio das interações espaciais. Não existem barreiras político-administrativas em rede para a concretização da produção, da circulação e do consumo, ou melhor, para reprodução do capital. Esse fato nos faz entender tamanha a extensão que as redes alcançam, como no caso da rede urbana.

Nesse contexto, verifica-se que a produção, a circulação e o consumo, ou melhor, a forma de reprodução do capital, estão vinculados à forma de organização do espaço, bem como à efetivação e ao desenvolvimento das cidades. Assim, as redes, ao mesmo tempo em que são forças produtivas, são catalisadoras de produção, pois, com o aumento da capacidade produtiva, sua existência acaba gerando necessidade de criação de outros bens e serviços. Portanto, a rede transcende a própria existência do território, visto que é em parte virtual e não depende só de pessoas, mas também de todo um conjunto de bens não tangíveis, que acabam alterando o desenvolvimento do território. Destarte, a cidade acaba impondo em cada dos pontos da rede uma nova configuração política, econômica e social. De tal maneira que, as cidades que compõem a rede urbana podem influenciar ou serem influenciadas pela rede urbana ao exercerem seu papel produtivo. Assim, toda cidade possui uma dinâmica interna polarizadora e ao mesmo tempo integradora de tal modo que, na sociedade de rede, a lógica dominante se concentra no espaço de fluxos, no qual os resultados das práticas sociais dominam e moldam a sociedade atual por meio da mobilidade, também como um lugar em que se concentram fluxos, materiais e imateriais.

Portanto, a rede faz alusão a um espaço reticulado, constituído por uma parte material, analisado como fios condutores de materiais e informações, e outra que representada o lado social, que são os benefícios que as redes processam aos homens. Assim, toda rede é

social e política. Além de sua materialidade que é imposta aos nossos sentidos, é arquitetada por pessoas que a utilizam para transportar valores e/ou mensagens. Assim, refere-se a um espaço reticulado, disponível para responder aos estímulos da produção em todas suas formas materiais e imateriais, de maneira que, nos fluxos materiais, se concentra toda infraestrutura, e os imateriais correspondem a saberes, informações, relações sociais etc.

Assim, na geografia, as redes apresentam-se como um instrumento fundamental para realização da leitura do espaço geográfico. Pelo fato da rede poder compartilhar energia, materiais, informações, serviços etc., ela possibilita a união de diferentes entidades geográficas. Podemos concluir que as redes, na contemporaneidade, apresentam-se como um importante recurso analítico e descritivo das diferentes relações, inter-relações, assim como formas de pensar, organizar e ler o espaço.

Ainda, considerando os estudos, a rede pode ser também, identificada como uma técnica autônoma, ou ainda, como um artefato, capaz de perpassar de rede natural, para rede artificial e técnica. De tal maneira, verifica-se como um objeto pensado e construído a partir de sua relação com o espaço. Assim sendo, a rede se exterioriza como uma técnica de estudo para ser aplicada em relação à leitura e análise do território.

Pelo fato das redes possuírem a função e o caráter relacional, estas contam com a presença de atores e relações, elementos intrínsecos de qualquer organização reticular. Assim, levando em conta que, nas relações entre os centros urbanos, estão presentes as relações sociais e transportam vários tipos de fluxos como: mercadorias, pessoas, informações, capital e cultura. Verifica-se que as redes exercem o comando da circulação, do intercâmbio e da troca de determinados elementos ou de atividades sociais desenvolvidas em um dado território.

De tal forma, refere-se a uma técnica autônoma, um artefato ou ainda, um instrumento eficaz na leitura e na compreensão da realidade da ciência geográfica, assim sendo, mediante o discurso de renomados teóricos, é de extrema importância, definir as redes como idéia central nos estudos da região metropolitana de Palmas.

Referências

BOURDIEU, P. **Efeitos de lugar**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

CHRISTALLER, W. **Central places in southern Germany**. New Jersey: Prentice-Hall, 1966 [1933].

CORRÊA, R. L. **A rede urbana**. São Paulo: Ática, 1999.

_____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HARVEY, D. **A produção do capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

LEFEBVRE, H. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 1999a.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999b.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LENCIONI, S. Redes, coesão e fragmentação do território metropolitano. **Revista Eletrônica de Geografia Y Ciências Sociais – Scripta Nova**, v. XIV, n. 331 (69), 1 ago. 2010. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-69.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2016.

MORAES, A. C. Geografia, interdisciplinaridade e metodologia. **GEOSUP – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 9-39, 2014.

MOREIRA, R. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o olhar geográfico sobre o mundo. **Revista Eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas**, 1(3), v. 1, 1º jun. 2007.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHEFORT, M. **Redes e sistemas: ensinando sobre o urbano e a região**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SANTANA, M. R. C. **Redes técnicas: os avatares geográficos da cidade mediada eletronicamente**. Salvador: Copyright, 2004.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, M. A. Cidade: lugar e geografia da existência. In: VASCONCELOS, P.; MELLO, S. (Org.). **Novos estudos de geografia urbana brasileira**. Salvador: UFBA, 1999.

TRUJILLO FERRARI, A. **Metodologia da ciência**. 3. ed. Rio de Janeiro: Kennedy, 1974.